

# **JOHAN GALTUNG E OS ESTUDOS PARA A PAZ**

Teresa Almeida Cravo



# JOHAN GALTUNG E OS ESTUDOS PARA A PAZ

Teresa Almeida Cravo

## INTRODUÇÃO

O pensamento e a obra de Luís Moita pautaram-se por um valor intelectual e cívico transversal aos vários temas sobre os quais se debruçou ao longo da sua vida: a promoção da paz. Explorado teoricamente em vários textos e mobilizado corporalmente na sua presença e participação ativa em vários movimentos sociais portugueses e internacionais, este valor colocou Luís Moita disciplinar e civicamente na área dos Estudos para a Paz.

Fundados na década de 1960 por Johan Galtung, os Estudos para a Paz são uma escola crítica de pensamento, marcada por uma orientação pós-positivista e pautada por uma agenda maximalista, que se contrapôs à Escola Realista das Relações Internacionais, predominante na altura, e a um campo de estudos então recentemente criado, os Estudos dos Conflitos. Recusando a legitimação do *status quo* ou a mera pacificação, os Estudos para a Paz emergem como alternativa paradigmática, contestatária das relações de poder e emancipatória.

Este capítulo debruça-se sobre os contributos de Johan Galtung para a criação dos Estudos para a Paz enquanto disciplina independente. E fá-lo, no contexto deste livro, em reconhecimento do que une esta escola ao pensamento de Luís Moita, que sempre procurou ser uma alternativa normativa e crítica de transformação radical da realidade, guiada pelo primado da paz.

## O SURGIMENTO DOS ESTUDOS PARA A PAZ

Enquanto campo de estudo institucionalizado e distinto, os Estudos para a Paz têm pouco mais de cinquenta anos. Não obstante o pensamento e as inúmeras propostas sobre como alcançar a paz remontarem a tempos ancestrais e terem estado sempre presentes ao longo da história, estas iniciativas eram, porém, demasiado isoladas ou autónomas para se constituírem enquanto disciplina conceptualmente coerente, organizada do ponto de vista do ensino e da investigação e com um impacto expressivo ao nível académico e político (Van Den Dungen e Wittner, 2003).

Uma primeira tentativa de alcançar essa estrutura e consistência enquanto área de estudos reconhecida emergiu no final da década de 1950, com a criação

do *Journal of Conflict Resolution* em 1957 e do *Center for Research on Conflict Resolution* em 1959, na Universidade de Michigan, por nomes como Kenneth Boulding, Herbert Herman ou Anatol Rapoport. Esta escola buscou inspiração em autores como Pitirim Sorokin (*The Sociology of Revolution*, 1925), Harold Lassell (*World Politics and Personal Insecurity*, 1935), Quincy Wright (*A Study of War*, 1942) e Lewis Frye Richardson (*Statistics of Deadly Quarrels*, 1950) e procurou desenvolver um modelo de conhecimento científico sobre a guerra, que, em última análise, permitisse a redução da sua incidência e extensão. Esta escola oferecia, assim, um relevante contraponto à primazia do entendimento realista da paz e da guerra – e aos institutos de estudos estratégicos que proliferavam nos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria – questionando a noção de inevitabilidade do conflito no sistema internacional e promovendo a sua resolução. Esta matriz de pensamento não faria, porém, uma rutura com o cânone positivista então predominante nas ciências sociais, mantendo-se confinada a uma análise não-valorativa e quantitativa, típica do *behaviourismo* norte-americano (Terriff *et al.*, 1999: 69). A sua agenda era, então, essencialmente minimalista, positivista e centrada na investigação sobre o conflito.

Seria apenas com o norueguês Johan Galtung, considerado o fundador dos Estudos para a Paz, que surgiria a verdadeira rutura paradigmática – embora não sem alguns passos em falso. As propostas deste autor seriam anunciadas e desenvolvidas no âmbito do *Peace Research Institute Oslo* (PRIO), criado em 1959, e do *Journal of Peace Research*, publicado pela primeira vez em 1964. Com o quê pretendia, então, Galtung romper? Essencialmente com três preconceções relativamente ao conceito de paz: a primeira da paz enquanto utopia ingénua; a segunda da paz enquanto tradição de pensamento não-científico; e a terceira da paz enquanto pacificação dos conflitos de larga-escala. Na sua resposta a estas preconceções, encontramos não só os primórdios desta escola mas o que se viria a consolidar ao longo dos anos como a essência deste projeto.

## DA PAZ ENQUANTO UTOPIA À PAZ SEMPRE PRESENTE

Num mundo em que o Realismo – e a sua visão da paz e da guerra – se havia transformado não só em cânone das Relações Internacionais (RI) mas, principalmente, em *senso-comum*, o maior obstáculo para Galtung é contrariar a ideia de que a prossecução da paz é a expressão de um idealismo ingénua e uma mera utopia. Para este efeito era necessário traçar dois caminhos paralelos: questionar os pressupostos realistas do individualismo estatal, da busca de poder e da natureza anárquica do sistema enquanto inevitabilidades;

e, simultaneamente, questionar a marginalidade conferida às experiências de paz no estudo da História e das RI. O primeiro consistia, na verdade, em expor o Realismo como vocacionado para a legitimação analítica de uma ordem internacional produtora de violência(s) (Pureza & Almeida Cravo, 2005: 6). O segundo alertava para a sobrevalorização do papel da violência na História e a consequente notável ignorância sobre o respetivo papel das experiências pacíficas (de cooperação e solidariedade).

Para Galtung, a visão generalizada da inevitabilidade da guerra devia-se, em grande parte, ao facto da paz não ter sido até então o verdadeiro objeto central de estudo e de investigação. O recorrente destaque do carácter violento da História –exemplificado na forma como nos referimos aos grandes momentos do século XX (Primeira Guerra Mundial, Segunda Guerra Mundial, Guerra Fria, pós-Guerra Fria) – produzira um fenómeno de naturalização da guerra e uma perspetiva determinista da sua infundável repetição, concomitante com uma certa banalização da paz. A criação desta nova disciplina, seria, portanto, essencial para resgatar a história silenciosa da presença constante da paz nas relações entre seres humanos e sociedades.

## DA PAZ ENQUANTO PENSAMENTO ABSTRATO À PAZ ENQUANTO INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Além do derrotismo com que era encarada a prossecução da paz, Galtung deparava-se igualmente com o facto deste pensamento estar tradicionalmente confinado à produção de índole filosófica, religiosa e política. Aspirando a submeter esta nova área disciplinar à visão dominante na altura do que constituía investigação científica, Galtung vai insistir num programa de investigação rigoroso, com base em pressupostos metodológicos sólidos e num trabalho empírico escrupuloso. A intenção é distinguir esta jovem disciplina do pensamento metafísico, teológico e político sobre a paz, considerado demasiado abstrato, especulativo, repleto de preconceitos e inconsistente (Lawler, 2008: 81).

Por detrás da assertividade de Galtung – “não temos medo da palavra ‘paz’” (1964: 4) – há, na realidade, todo um esforço monumental de credibilização desta “palavra aparentemente não-científica” (Lawler, 2008: 79) e um evidente pragmatismo no reconhecimento da necessária conformidade desta nova escola com os parâmetros considerados legítimos de *fazer ciência*. Esta sua procura de rigor e cientificidade vai, numa primeira fase, remeter o autor para a orla do empirismo positivista (ver Lawler, 1995; Pureza, 2011). Contudo, a emergência do anti-positivismo e da *viragem crítica* nas ciências

sociais em geral, assim como a sua reconceptualização de paz e violência que exploraremos em seguida, irá proporcionar o distanciamento de Galtung da sua orientação inicial. À medida que o positivismo é crescentemente desafiado num contexto alargado, uma abordagem pós-positivista, de rutura com os pressupostos de objetividade e neutralidade valorativa do investigador, vai ganhando forma nos Estudos para a Paz. Advogando uma postura reflexiva, assim como explicitamente normativa, Galtung recusa agora “esconder os valores por detrás do slogan mistificado da ‘objetividade’” (1985: 143) e atribui um “papel social” ao investigador para a paz (*Ibid.*: 149). Dentro de um programa de investigação que pretende ver reconhecido no seio da academia, o autor norueguês vai-se esforçando, ao longo das décadas, por apresentar uma escola que une teoria e prática, aparato conceptual e olhar valorativo, sem comprometer a sua cientificidade.

## DA PAZ ENQUANTO PACIFICAÇÃO À PAZ ENQUANTO PROJETO NORMATIVO E CRÍTICO

É na comparação com a escola americana do Estudos dos Conflitos que esta marca distintiva dos Estudos para a Paz se torna mais clara. Galtung aponta essencialmente três problemas a esta escola que se vai consolidando ao longo das décadas do outro lado do Atlântico: o primeiro é o facto da investigação incidir fundamentalmente sobre o conflito – em vez da paz; o segundo é o facto desta análise privilegiar o estudo do conflito de larga-escala – em vez do estudo da violência em todas as suas formas; e o terceiro é a relação desta área disciplinar com a ordem internacional, legitimadora das relações de poder – em vez de questionadora da violência sistémica e desafiadora das hierarquias internacionais.

A esta agenda minimalista, pacificadora e normalizadora do *status quo*, Galtung contrapõe uma nova disciplina que “professa a sua dedicação ao estudo da ‘paz’ no seu próprio nome” (1985: 141). Os Estudos para a Paz não estão, assim, “confinados à análise da violência mas à realização da paz” (Lawler, 2008: 86), que se assume como o verdadeiro objeto de análise desta escola (Guzmán, 2005: 49). Ao contrário dos Estudos dos Conflitos, cuja visão de paz equivale à redução da incidência dos conflitos de larga-escala, sem interferir drasticamente com a ordem internacional ou as relações sociais existentes, há uma procura declarada de processos de mudança societal, que implicam inevitavelmente alterações nas estruturas de poder (Rogers e Ramsbotham, 1999: 753). A disciplina é então apresentada como “socialmente produtiva” (Pureza & Almeida Cravo, 2005: 8); isto é, os seus

pressupostos teóricos afirmam inequivocamente um compromisso normativo e político com o valor da paz, com o propósito explícito de produzir transformações sociais, económicas, políticas e culturais tendentes a uma realidade mais pacífica.

A paz é, então, um objetivo social – necessariamente complexo e difícil mas não impossível de alcançar (Galtung, 1969: 167). A prossecução deste objetivo implicará ir para além da avaliação de políticas existentes – o que relegaria os Estudos para a Paz para o passado – devendo, de facto, ser uma audaciosa ciência aplicada que sugira caminhos de transformação e gere “alternativas futuras ao sistema existente consistente[s] e fundada[s] empiricamente” (Pureza: 2011: 32). Nas palavras de Galtung, ser “peace search” para além de “peace research” (1964: 4).

Esta agenda maximalista, normativa e crítica representou uma clara radicalização do estudo desta temática. Da vontade de distanciamento inicial, Galtung constrói efetivamente uma matriz distinta de pensar a paz que se vai consolidando ao longo das décadas, à medida que o constante embate com estas três preconcepções vai exigindo clarificação e afirmação. Sendo indiscutivelmente a figura máxima desta escola, é este autor que confere um léxico distinto aos Estudos para a Paz, que será fundamental para a necessária diferenciação relativamente a outras áreas, nomeadamente a dos Estudos sobre Conflito (Lawler, 2008: 79). É este novo vocabulário e distinta conceptualização da paz e da violência que analisaremos em seguida.

## A REDEFINIÇÃO DE PAZ E VIOLÊNCIA

Galtung define paz como ausência de violência; e define violência como todas as situações em que os seres humanos estão a ser influenciados de forma às suas realizações somáticas e mentais reais estarem abaixo do seu potencial (1969: 168). Esta definição pretendia, na altura, ir muito além da noção dominante de violência enquanto ato deliberado por parte de um ator identificável de incapacitação de outrem, que o autor considerava demasiado limitada: “se violência é apenas isto, e paz a sua negação, então muito pouco é rejeitado quando a paz é apontada como um ideal” (*Ibid.*).

Tanto o conceito de violência como o de paz precisavam, então, de ser alargados, para incluir as várias formas que têm sido tradicionalmente ignoradas pelo *mainstream* académico e do *policy-making*. Mas como proceder a esse necessário alargamento? O próprio autor admite que a sua definição de violência “causa mais problemas do que resolve”, devendo, contudo, ser o caminho a desbravar pela disciplina (*Ibid.*). Para serem instrumentos analíticos

relevantes, os conceitos de violência e de paz exigem precisão e uma extensão lógica, para não caírem na “mera lista de indesejáveis” ou desejáveis (*Ibid.*). Ao longo da sua trajetória, Galtung vai dedicar-se precisamente a essa indispensável clarificação conceptual (ver Almeida Cravo, 2016).

Galtung começa, assim, por explorar uma definição dual de paz: a paz negativa, enquanto ausência de violência e de guerra, e a paz positiva, enquanto integração da sociedade humana (1964: 1-4). A investigação para a paz seria, nesta perspetiva, o estudo das condições que nos aproximariam da indispensável articulação entre ambas, que em última instância produziria o que Galtung apelida de “paz geral e completa” (*Ibid.*: 2).

Esta conceptualização não ficou isenta de críticas – nomeadamente por ser considerada demasiado vaga e sem utilidade prática – e Galtung apresenta pouco depois o que pode ser considerado o seu maior contributo para os pressupostos teóricos dos Estudos para a Paz: a identificação do triângulo da violência e o respetivo triângulo da paz. No triângulo da violência o autor distingue três vértices: o da violência direta, o da violência estrutural e o da violência cultural – os dois primeiros conceitos apresentados ainda em 1969 e este último já em 1990. Para o autor, a violência direta é então o ato intencional de agressão, com um sujeito, uma ação visível e um objeto. Já a violência estrutural é indireta, latente, decorre da própria estrutura social que organiza seres humanos e sociedades – por exemplo, a repressão, na sua forma política, e a exploração, na sua forma económica (Galtung, 1969). E, por último, a violência cultural é o sistema de normas e comportamentos subjacente a – e legitimador das – violências estrutural e direta; ou seja, a cosmologia social que nos permite olhar para a repressão e a exploração como normal ou natural e, por isso, mais difícil de desenraizar (Galtung, 1990).

Com esta formulação, Galtung aponta os problemas e as limitações das definições de violência que abrangem apenas conflitos sociais de larga-escala (guerras), e incita ao entendimento de paz no seu sentido mais amplo como paz direta, estrutural e cultural, que exponha e estude as dinâmicas estruturais globais de repressão e exploração e a violência simbólica que existe na ideologia, na religião, na língua, na arte, na ciência, no direito, nos *media* ou na educação.

Não é de estranhar, por isso, que a etapa seguinte no percurso conceptual do autor norueguês tenha sido a de confrontar este entendimento com a prática concreta do intervencionismo internacional, especificamente no seu artigo de 1976, onde desenvolve os conceitos de manutenção da paz (*peacekeeping*), restabelecimento da paz (*peacemaking*) e consolidação da paz, dando o mote para a exploração teórica e operacional que se seguiria uns anos



mais tarde e que se mantém prolífica até hoje. Segundo Galtung, a manutenção da paz constituía uma abordagem “dissociativa”, cujo objetivo era a promoção da distância e de um “vácuo social” entre os antagonistas, através da assistência de uma terceira parte (1976: 282). Esta estratégia pecava por entender o conflito como uma interrupção do *status quo* e por prescrever o retorno ao *status quo ante* como solução. Não questionava, portanto, se esse *status quo* ante devia efetivamente ser recuperado e preservado, visando apenas a manutenção da ausência de violência direta entre os atores em conflito e contribuindo inadvertidamente para manter uma situação de violência estrutural (*Ibid.*: 283-284). Sendo que a preservação da violência estrutural promove, em última instância, a violência direta – e, assim, o provável retorno ao conflito aberto a longo prazo (*Ibid.*: 288) – esta não era uma abordagem satisfatória dentro da conceptualização proposta por Galtung.

O restabelecimento da paz, por outro lado, representava uma abordagem mais abrangente, ancorada na resolução de conflitos, cujo objetivo ia para além da cessação das hostilidades, centrando-se nas várias formas de transcender incompatibilidades e contradições entre as partes (*Ibid.*: 290). Porém, embora reconhecendo o potencial de *radicalidade* da abordagem da resolução de conflitos, Galtung afirma que esta está geralmente orientada para a preservação – e não para a contestação – do *status quo* (violento) e orientada para o ator – e não necessariamente para o sistema (a estrutura) – que (re)produz a violência (*Ibid.*: 294-296). A resolução do conflito e o restabelecimento da paz são, assim, primordialmente entendidos como residindo nas “mentes das partes em conflito” e atingidos assim que um acordo é por estas assinado e ratificado – uma conceção que Galtung denuncia como “estreita”, “elitista” e negligente quanto aos fatores estruturais indispensáveis à construção de uma paz sustentável (*Ibid.*: 296-297).

Este seu entendimento da manutenção e do restabelecimento da paz leva Galtung a desenvolver um novo conceito: o de consolidação da paz. Ao contrário das outras duas abordagens, a consolidação da paz constitui *necessariamente* uma abordagem associativa do conflito, capaz de lidar com as causas diretas, estruturais e culturais da violência no seu sentido lato – e, consequentemente, em sintonia com o seu conceito de paz positiva. A remoção das causas profundas da violência implicaria o enfoque em princípios como “equidade” (por oposição a dominação/exploração e no sentido da interação horizontal), “entropia” (por oposição a elitismo e no sentido da inclusão) e “simbiose” (por oposição a isolamento e no sentido da interdependência) (*Ibid.*: 298-100). Embora reconheça o quadro de complexidade

e dificuldade, a proposta de Galtung de consolidação da paz é indubitavelmente maximalista, ambiciosa e ancorada na ideia da luta pela paz como abrangendo impreterivelmente “várias frentes” (*Ibid.*: 104). A sua relevância prática tornar-se-ia evidente, especialmente a partir da década de 1990, quando é adotada pela Agenda para a Paz das Nações Unidas (1992) e incorporada, embora com bastantes limitações, no léxico e nas políticas da organização (ver Almeida Cravo, 2017).

## CONCLUSÃO

O contributo teórico de Galtung foi fundamental para alargar a discussão sobre paz e violência. É nas leituras e nas críticas às suas leituras que encontramos um espaço intelectualmente produtivo, mas também de intervenção social. Por outras palavras, o enquadramento que nos é oferecido por Galtung quando funda os Estudos para a Paz não é um mero exercício académico, tendo tido claras implicações para o considerável alargamento do compromisso normativo da disciplina e da reflexão sobre a articulação entre teoria e prática. Embora esta conceptualização não tenha ficado isenta de críticas, a análise explícita às hierarquias de poder opressoras e violentas foi-se consolidando como código genético desta escola, que se assume, no início e atualmente, como um projeto normativo de transformação radical das relações sociais que abrigam várias formas de violência.

## Referências

- ALMEIDA Cravo, Teresa (2016). “Os Estudos para a Paz”, in Raquel Duque; Diogo Noivo & Teresa Almeida e Silva (eds.), *Segurança Contemporânea*, Lisboa: PACTOR—Edições de Ciências Sociais e Política Contemporânea, pp.69-84.
- ALMEIDA Cravo, Teresa (2017), “Consolidação da Paz: Pressupostos, Práticas e Críticas”, *Janus.net, e-Journal of International Relations*, vol.8(1), maio-outubro, pp.47-64, disponível em [https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/3032/6/pt\\_vol8\\_n1\\_art03.pdf](https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/3032/6/pt_vol8_n1_art03.pdf).
- BOUTROS-GHALI (1992). *An Agenda For Peace*. New York: United Nations.
- GALTUNG, Johan (1964). “An Editorial”, *Journal of Peace Research*, vol.1(1), pp.1-4.
- GALTUNG, Johan (1969). “Violence, Peace and Peace Research”, *Journal of Peace Research*, vol.6(3), pp.167-191.
- GALTUNG, Johan (1976). “Three Approaches to Peace: Peacekeeping, Peacemaking and Peacebuilding”, in Galtung, *Essays in Peace Research*. Copenhagen: Ejlers, vol.2, pp.283-304.
- GALTUNG, Johan (1985). “Twenty-five Years of Peace Research: Ten Challenges and Some Responses”, *Journal of Peace Research*, vol.22(2), pp.141-158.
- GALTUNG, Johan (1990). “Cultural Violence”, *Journal of Peace Research*, vol.27(3), pp.291-305.
- LAWLER, Peter (1995). *A Question of Values: Johan Galtung's Peace Research*. Boulder, Colo.: Lynne Rienner.
- LAWLER, Peter (2008). “Peace Studies”, in Williams (ed.), *Security Studies: An Introduction*. New York: Routledge, 2nd ed, pp.73-88.

